



XVI CONCURSO PÚBLICO PARA INGRESSO NA MAGISTRATURA DO TRABALHO

1ª PROVA - 1ª PARTE

CURITIBA, PR, 11/JULHO/1998

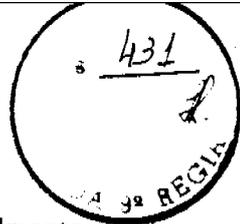
DIREITO DO TRABALHO

01 - ASSINALE A ALTERNATIVA FALSA:

- a) - Afigura-se possível ao empregador, após o retorno do empregado vitimado por acidente de trabalho que lhe reduziu permanentemente a capacidade laborativa, pagar a este empregado valor salarial inferior ao que praticava antes do acidente.
- b) - O empregado acidentado possui garantia de emprego de 12 meses a contar da cessação do benefício previdenciário.
- c) - O período de afastamento do trabalho por força de doença pode ser considerado como de interrupção (primeiros 15 dias) ou suspensão (a partir do 16º dia) do contrato de trabalho.
- d) - A aposentadoria por invalidez não importa em suspensão contratual, e sim em extinção do contrato de trabalho.
- e) - A doença profissional e a doença do trabalho equiparam-se ao acidente de trabalho para efeitos de garantia de emprego.

02 - A RESPEITO DO INTERVALO INTRAJORNADA, É CORRETO AFIRMAR QUE:

- a) - Os empregados que laboram mais de quatro horas diárias têm direito, como regra, a fruir intervalo não inferior a uma e não superior a duas horas diárias.
- b) - A não concessão de intervalo intrajornada importa em mera infração administrativa, se não houver acréscimo da jornada efetivamente trabalhada.
- c) - É possível reduzir o intervalo intrajornada legalmente previsto mediante convenção coletiva de trabalho.
- d) - A concessão de intervalo superior ao legalmente previsto, sem que tal hipótese tenha sido expressamente acordada entre as partes, importa em considerar como tempo à disposição o período excedente.



- e) - É lícito ao empregador fracionar o intervalo intrajornada em diversos períodos de descanso, desde que a soma dos mesmos não seja inferior ao intervalo mínimo legalmente estabelecido.

03 - ASSINALE A ALTERNATIVA INCORRETA:

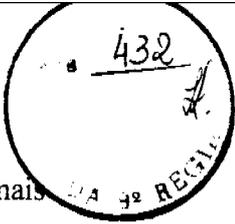
- a) - Um dos princípios fundamentais do direito do trabalho é o princípio da proteção, pois tal direito, ao invés de inspirar-se num propósito de igualdade, responde ao objetivo de estabelecer um amparo preferencial a uma das partes: o trabalhador.
- b) - Os benefícios espontaneamente concedidos ao empregado não podem, em regra, ser suprimidos no curso do contrato de trabalho, sob pena de afronta à regra da condição mais benéfica.
- c) - O direito comum somente é aplicável ao direito do trabalho quando a norma nele buscada seja mais favorável ao empregado.
- d) - É possível, ante o princípio da primazia da realidade, reconhecer-se relação de emprego entre o sócio gerente de uma empresa prestadora de serviços e o tomador de tais serviços.
- e) - As normas trabalhistas são, em regra, de ordem pública. Daí decorre não ser possível, ao empregado, como regra, manifestar validamente sua vontade quando o ato volitivo importe em restrição de direitos.

04 - ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

- a) - Embora não figure como empregadora, determinada empresa pertencente a um grupo econômico responde solidariamente pelos débitos trabalhistas de outra empresa do mesmo grupo desde que tais débitos sejam decorrentes do contrato de trabalho de um empregado, que, a qualquer tempo, prestou serviços a ambas as empresas mencionadas.
- b) - Na sucessão de empregadores com contratos de trabalho em curso, o sucessor responde perante a Justiça do Trabalho pelo período contratual posterior à sucessão, sendo do sucedido a responsabilidade pelo período anterior.
- c) - Salvo ajuste em contrário, o sucessor não responde pelos contratos de trabalho rescindidos antes de se operar a sucessão.
- d) - Sucessor e sucedido respondem solidariamente pelos contratos de trabalho que se extinguem por ocasião da sucessão.
- e) - Nenhuma das alternativas está correta.

05 - SOBRE O CONTRATO DE EXPERIÊNCIA É CORRETO DIZER:

- a) - Após seu término o empregador deve, imediatamente, anotar a CTPS do empregado.



- b) - Pode ser previsto para durar 90 dias, sendo possível prorrogá-lo por, no máximo, mais 90 dias.
- c) - Pode ser prorrogado duas vezes, desde que o período total não ultrapasse 90 dias.
- d) - Não pode ser prorrogado, salvo motivo de força maior.
- e) - Pode ser prorrogado apenas uma vez, e desde que o período total seja igual ou inferior a 90 dias.

06 - ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

- a) - O empregado doméstico não possui direito a horas extras, FGTS e descanso semanal remunerado.
- b) - A CLT se aplica aos domésticos naquilo em que não for incompatível com a lei específica da categoria.
- c) - A empregada doméstica grávida não possui direito à garantia de emprego, mas tão somente à licença à gestante.
- d) - É possível, em caso de força maior, reduzir o salário da empregada doméstica, desde que lhe seja assegurado o salário mínimo.
- e) - Os empregados em edifícios de apartamentos, tais como porteiros, serventes e zeladores são considerados empregados domésticos.

07 - PARA CARACTERIZAÇÃO DO TRABALHADOR COMO EVENTUAL ADOTA-SE COMO CRITÉRIO:

- a) - O evento, eis que eventual é o trabalhador admitido em virtude de determinado evento esporádico.
- b) - Os fins da empresa, eis que eventual é o trabalhador chamado a realizar tarefa não inserida nos fins normais da empresa.
- c) - A descontinuidade, eis que eventual é o trabalhador que presta serviços esporádicos, ocasionais, laborando em uma organização sem ânimo definitivo.
- d) - A fixação jurídica ao tomador de serviços, eis que eventual é o trabalhador que não se fixa a uma fonte específica de trabalho.
- e) - Todas as alternativas estão corretas.

08 - ASSINALE A ALTERNATIVA INCORRETA:

- a) - Para validade do contrato de trabalho se exige, como em qualquer negócio jurídico, agente capaz e objeto lícito.
- b) - A maioria trabalhista se atinge aos 18 anos.
- c) - Exceto na condição de aprendiz, é proibido qualquer trabalho aos menores com idade inferior a 14 anos.



- d) - O contrato de trabalho mantido com um menor de 11 anos é nulo e não gera qualquer efeito.
- e) - Não pode ser reconhecida relação de emprego entre o membro de uma quadrilha de estelionatários e o -chefe da organização, ainda que presentes todos os requisitos previstos nos artigos 2º e 3º da CLT.

09 - ASSINALE A ALTERNATIVA INCORRETA:

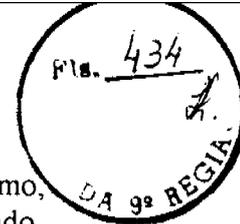
- a) - Insere-se no poder disciplinar do empregador a faculdade de suspender, advertir e aplicar multas aos empregados que infringem alguma obrigação ou cláusula contratual, podendo todavia tal punição ser cancelada pelo Poder Judiciário.
- b) - O direito de punir esgota-se com a aplicação da penalidade escolhida.
- c) - A suspensão do empregado por período superior a 30 dias implicará na rescisão injusta do contrato de trabalho.
- d) - O empregador pode punir o empregado por ato praticado fora do local de trabalho e desvinculado da prestação de serviços.
- e) - Insere-se no poder disciplinar do empregador a faculdade de suspender seu empregado por período não superior a 30 dias, durante os quais o empregado não tem direito a percepção de salários

10 - ASSINALE A ALTERNATIVA INCORRETA:

- a) - Ainda que por mútuo consentimento, as alterações das condições contratuais somente são válidas se não resultarem, direta ou indiretamente, prejuízos ao empregado.
- b) - É possível ao empregador, de forma unilateral, reduzir o intervalo alimentar de seus empregados, de duas para uma hora, mantendo o mesmo número de horas trabalhadas.
- c) - Insere-se no *jus variandi* do empregador o direito de, unilateralmente, alterar o local de trabalho do empregado, deslocando-o do centro da cidade para um bairro mais afastado.
- d) - O adicional de transferência somente é devido em caso de transferência ilícita. Sendo lícita a transferência o empregador deve arcar, tão somente, com as despesas dela resultantes.
- e) - O empregado que trabalha em empresa que não possui pessoal organizado em quadro de carreira pode recusar promoção hierárquica que importe em remuneração superior àquela até então percebida.

11 - ASSINALE A ALTERNATIVA VERDADEIRA:

- a) - É lícito pactuar remuneração exclusivamente à base de gorjetas, desde que o empregador garanta o pagamento do salário mínimo caso aquelas sejam inferiores a este.
- b) - Afigura-se possível ao empregador remunerar um empregado exclusivamente à base de



comissões devendo, nos meses em que as comissões sejam inferiores ao salário mínimo, antecipar o valor das comissões futuras, garantindo assim a percepção pelo empregado do salário mínimo.

- c) - É inconstitucional a pactuação de valor salarial equivalente a 50% do salário mínimo mensal para empregados contratados para laborar 4 horas diárias, de segunda a sexta.
- d) - Ante a vedação constitucional à vinculação do salário mínimo para qualquer fim, a jurisprudência majoritária não tem admitido sua utilização como base de cálculo do adicional de insalubridade, salvo quando o empregado efetivamente perceba um salário mínimo mensal.
- e) - Nenhuma das alternativas anteriores é verdadeira.

12 - A RESPEITO DO AVISO PRÉVIO, É INCORRETO AFIRMAR QUE:

- a) - O aviso prévio a ser concedido pelo empregador é de 30 dias, podendo ser estabelecido prazo maior, proporcionalmente ao tempo de serviço.
- b) - Durante o cumprimento do aviso prévio, concedido pelo empregado ou pelo empregador, o empregado pode optar por reduzir em duas horas sua jornada de trabalho, ou se ausentar do trabalho por sete dias corridos.
- c) - A não redução da jornada de trabalho durante o cumprimento do aviso prévio, importa em concessão de novo aviso pelo empregador, não sendo admissível considerar-se como horas extras as duas horas indevidamente laboradas.
- d) - É devido o pagamento de aviso prévio pelo empregador, ainda que a ruptura contratual tenha sido deflagrada por iniciativa do empregado ao invocar despedida indireta.
- e) - Após concedido, somente pode ser reconsiderado o aviso prévio com anuência da outra parte.

13 - NO QUE TANGE À JUSTA CAUSA, É INCORRETO AFIRMAR:

- a) - Os atos faltosos descobertos após a rescisão contratual poderão ser invocados como configuradores da justa causa.
- b) - A desídia pode restar configurada apenas com um único ato faltoso.
- c) - Embora a atualidade da falta seja um elemento essencial à caracterização da justa causa, deve ser tolerado prazo razoável para aplicação da pena, a fim de que o empregador possa refletir acerca da falta cometida pelo empregado.
- d) - A culpa do empregado deve ser analisada em concreto, de modo que uma falta por si só considerada leve pode assumir particular gravidade se confrontada com a conduta negligente do empregado manifestada anteriormente.
- e) - O sistema de enumeração rígida das justas causas, adotado pelo legislador brasileiro,

importa que, em regra, somente podem ser invocados para justificar a rescisão por justa causa os motivos relacionados em lei.



14 - ASSINALE A AFIRMATIVA CORRETA:

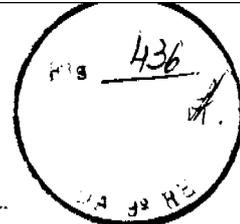
- a) - O fato de não haver controle sobre a jornada de trabalho do empregado retira deste o direito à percepção de horas extraordinárias.
- b) - A compensação de jornada somente pode ser admitida se prevista em instrumentos normativos, não bastando para tal fim acordos individuais, ainda que escritos.
- c) - Entre o término de uma jornada de trabalho e início de outra deve haver um intervalo mínimo de 8 horas.
- d) - A jornada de trabalho do digitador, por força de lei, é de seis horas diárias.
- e) - A existência de intervalo intrajornada superior a uma hora descaracteriza o trabalho em turnos ininterruptos de revezamento.

15 - ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

- a) - Para a caracterização do empregado rural o que importa é que os serviços sejam prestados em local situado fora do perímetro urbano.
- b) - Os empregados da denominada indústria rural estão excluídos do conceito de empregado rural.
- c) - Após a promulgação da constituição federal de 1988 não mais persistem diferenças entre empregados urbanos e rurais.
- d) - Em matéria de horário noturno é relevante a diferença entre trabalhadores na lavoura e na pecuária.
- e) - Todas as alternativas anteriores são incorretas.

16 - ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

- a) - Considera-se alteração ilícita do contrato de trabalho a supressão de verba habitualmente paga sob a rubrica "adicional de insalubridade", sem que o empregado jamais tenha laborado em condições insalubres.
- b) - O adicional de transferência pago por período superior a 3 meses integra-se à remuneração do empregado, não podendo ser suprimido, ainda que retorne o empregado a prestar serviços no local originariamente contratado.
- c) - Dado o caráter nocivo do labor em sobrejornada, é possível ao empregador, sem qualquer ônus, suprimir horas extras habitualmente prestadas pelo empregado há mais de



dois anos, voltando o empregado a cumprir a jornada normal inicialmente pactuada.

- d) - O adicional de periculosidade em razão de contato com explosivos é devido proporcionalmente aos minutos que o empregado permanece na área de risco.
- e) - nenhuma das alternativas anteriores está correta.

17 - ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

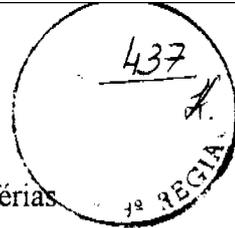
- a) - O trabalho prestado em domingos e feriados não compensados deve ser pago em dobro, sem prejuízo da remuneração relativa ao repouso semanal.
- b) - A falta injustificada no curso da semana retira do empregado o direito ao descanso semanal.
- c) - O labor em feriado que coincide com domingo deve ser compensado com a concessão de duas folgas semanais.
- d) - Embora possa o empregador não descontar os dias faltosos, não são legalmente justificadas as faltas ao trabalho decorrentes de submissão do empregado a exame vestibular para ingresso em estabelecimento de ensino superior.
- e) - Todas as alternativas estão corretas.

18 - ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

- a) - As comissões, as utilidades fornecidas pelo empregador e as gratificações voluntária e ocasionalmente concedidas integram a remuneração do empregado.
- b) - As diárias para viagens integram a remuneração do empregado caso superem 60% do valor do salário, o que não ocorre com as denominadas ajudas de custo que corresponderem aos valores efetivamente despendidos pelo empregado no exercício de suas funções.
- c) - A única exceção ao princípio da impenhorabilidade dos salários diz respeito à possibilidade de penhorar-se salários para pagamento de créditos alimentícios.
- d) - Os valores correspondentes ao vale transporte integram a remuneração do empregado para todos os efeitos.
- e) - O empregado diarista não pode receber sua remuneração apenas ao final de cada mês.

19 - ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

- a) - É do empregado a prerrogativa para definição da época da fruição de suas férias.
- b) - Cabe ao empregador definir se haverá ou não a conversão de 1/3 do período de férias do empregado em abono pecuniário.



- c) - Aos menores de 18 (dezoito) anos e maiores de 50 (cinquenta) anos de idade as férias serão sempre concedidas de uma só vez, sendo que para os demais trabalhadores é possível, em casos excepcionais, concedê-las em dois períodos.
- d) - A lei garante ao empregado que pedir demissão antes de completar um ano de serviço na empresa o direito a receber férias proporcionais aos meses trabalhados.
- e) - Nenhuma das alternativas anteriores está correta.

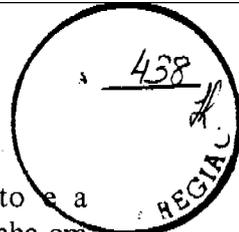
20 - ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

- a) - A rescisão contratual motivada por pedido de demissão de empregado anteriormente aposentado não possibilita o saque dos valores fundiários recolhidos na vigência deste último contrato de trabalho.
- b) - O adicional de 40% a ser pago sobre o fgts nas dispensas sem justa causa devem considerar a totalidade dos depósitos efetuados, ainda que o empregado tenha sacado valores fundiários no curso do contrato de trabalho.
- c) - Em caso de depósitos fundiários efetuados com atraso, o empregador deverá pagar multa de 20% sobre a importância devida, a qual reverterá em favor do empregado.
- d) - O afastamento do empregado em razão de acidente de trabalho ou prestação de serviço militar, constitui-se hipótese de suspensão do contrato de trabalho, ficando portanto desobrigado o empregador de recolher depósitos fundiários durante tal período.
- e) - Nenhuma das alternativas anteriores está correta.

PROCESSO DO TRABALHO

21) Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Dentre os princípios informativos do processo do trabalho classificados pela doutrina, o da *correção da desigualdade* não considera a inferioridade econômica do trabalhador, eis que esta apenas irradia-se nas relações materiais que se estabelecem entre trabalhador e empregador;
- b) A relação processual trabalhista é tutelar, rompendo com o princípio teórico da igualdade jurídica das partes no processo;
- c) A *oralidade*, como princípio processual trabalhista é caracterizado: a) pelo predomínio da palavra oral; b) pela imediatidade do juiz; c) pela concentração dos atos do procedimento; d) pela irrecorribilidade das decisões interlocutórias;



- d) A jurisdição é um poder-dever do Estado de dizer com quem está o direito e a distribuição da justiça é um monopólio estatal. Ainda que a jurisdição se mantenha em estado de inércia, devendo o seu exercício ser provocado pelo interessado, o juiz do trabalho possui ampla liberdade na direção do processo, podendo determinar, para isso, a efetivação de qualquer diligência necessária ao esclarecimento da causa, inclusive, por sua iniciativa, pode mandar intimar as testemunhas arroladas pelas partes e que tenham deixado de comparecer à audiência em que seriam inquiridas;
- e) A jurisdição normativa constitui-se, segundo a doutrina, em marcante princípio característico do processo do trabalho.

22) Tratando-se de competência da Justiça do Trabalho é CORRETO afirmar que:

- a) A competência em razão do lugar é improrrogável;
- b) A competência em razão do lugar é prorrogável e o juiz deve declará-la de ofício, com suspensão do feito;
- c) A Justiça do Trabalho é competente para o julgamento de dissídios resultantes de contratos de empreitadas em que o empreiteiro seja operário ou artífice, mas, é incompetente para o julgamento de dissídios oriundos das relações entre os trabalhadores avulsos e seus tomadores de serviços;
- d) A competência das Juntas de Conciliação e Julgamento é determinada pela localidade onde o empregado, reclamante ou reclamado, prestar serviços ao empregador, ainda que tenha sido contratado noutro local ou no estrangeiro, mas, sendo o empregado viajante, é competente a Junta da localidade onde o empregado tiver o seu domicílio, salvo se o empregado estiver imediatamente subordinado a agência, ou filial, caso em que será competente a Junta em cuja jurisdição estiver situada a mesma agência ou filial.
- e) A competência das Juntas de Conciliação e Julgamento estende-se aos dissídios ocorridos em agência ou filial no estrangeiro, desde que o empregado seja brasileiro e não haja convenção internacional dispondo em contrário. Os conflitos de competência entre as Juntas de Conciliação e Julgamento e os Juízes de Direito não investidos na jurisdição trabalhista são decididos pelo Superior Tribunal de Justiça, conforme sua competência originária constitucional;

23) Analisando as proposições abaixo, assinale a alternativa CORRETA:

- a) As Juntas poderão conciliar e instruir o processo com qualquer número, considerada a sua composição legal, sendo, porém, indispensável a presença do Juiz Presidente, exceto no julgamento, pois seu voto será tomado apenas em caso de empate;

- b) Os Juizes Classistas podem formular as perguntas que quiserem fazer, diretamente aos litigantes, testemunhas e peritos, para esclarecimento da causa, mas sempre após as reperguntas feitas pelas partes;
- c) Nos Tribunais Regionais, as Turmas somente poderão deliberar desde que presentes, pelo menos três dos seus Juizes, entre eles os dois classistas;
- d) Não é da competência exclusiva dos Juizes Presidentes e sim das Juntas a concessão de liminar em reclamações trabalhistas que visem tornar sem efeito transferência do empregado ou visem reintegrar no emprego dirigente sindical suspenso pelo empregador;
- e) Os empregados e os empregadores poderão reclamar pessoalmente perante a Justiça do Trabalho. Nos dissídios coletivos é imperativa a assistência dos interessados por advogado regularmente constituído.

Alternativas:

- 1) Apenas as proposições “a”, “d” e “e” são incorretas;
- 2) Todas as proposições são incorretas;
- 3) Apenas as proposições “a” e “e” são as corretas;
- 4) Apenas a proposição “c” é correta;
- 5) Apenas a proposição “a” é incorreta.

24) Considerando as proposições abaixo, indique a alternativa CORRETA:

- a) Terá preferência em todas as fases processuais o dissidio cuja decisão tiver de ser executada perante o Juízo da falência, e, assim como nos dissídios sobre pagamento de salários, poderá o Juiz Presidente da Junta constituir processo em separado, sempre que a reclamação também versar sobre outros assuntos;
- b) Em qualquer hipótese argüida e verificada a nulidade processual, esta sempre deverá ser pronunciada;
- c) A nulidade sempre prejudicará todos os atos processuais posteriores ao ato cuja nulidade foi pronunciada;
- d) A reclamação trabalhista poderá ser apresentada pelos empregados e empregadores, pessoalmente, ou por seus representantes, e pelos sindicatos de classe, ou, ainda, por intermédio dos Procuradores Regionais da Justiça do Trabalho;



- e) Podem as partes estabelecer entre as condições para o cumprimento do acordo alcançado judicialmente a de ficar a parte inadimplente obrigada a satisfazer integralmente o pedido, sem prejuízo do cumprimento do acordo;

Alternativas:

- 1) Apenas a proposição “c” é incorreta;
- 2) Todas as proposições estão incorretas;
- 3) As proposições “a”, “d” e “e” estão corretas;
- 4) Apenas as proposições “a” e “d” estão corretas;
- 5) Apenas a proposição “b” é incorreta.

25) É CORRETO afirmar-se que:

- a) O não comparecimento do reclamado à audiência, para a qual havia sido intimado a depor, sob pena de confissão, implica em confissão real e na revelia;
- b) A conciliação deve ser proposta desde que declarada aberta a audiência, antes mesmo de oferecida a defesa;
- c) Cada uma das partes não poderá indicar mais de três testemunhas, salvo quando se tratar de inquérito para apuração de falta grave, caso em que esse número poderá ser elevado para oito;
- d) À hora marcada, o juiz ou presidente declarará aberta a audiência, sendo feita pelo Juízes Classistas a chamada das partes, testemunhas e demais pessoas que devam comparecer;
- e) As partes, mesmo depois de interrogadas, não poderão retirar-se, devendo acompanhar o prosseguimento da instrução processual.

26) Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) É facultado ao empregador fazer-se substituir pelo gerente, ou qualquer outro preposto que tenha conhecimento do fato, e cujas declarações obrigarão o proponente, enquanto o empregado por motivo de doença, não sendo possível comparecer pessoalmente, poderá fazer-se representar por outro empregado que pertença à mesma profissão;



- b) A reclamação poderá ser escrita ou verbal, enquanto o inquérito para apuração de falta grave somente poderá ser iniciado por petição escrita;
- c) O não-comparecimento do reclamante à audiência importa o arquivamento da reclamação. O reclamante perderá, pelo prazo de seis meses, o direito de reclamar perante a Justiça do Trabalho se, por duas vezes seguidas, der causa ao arquivamento da reclamação, por não comparecer à audiência.
- d) Os trâmites da instrução e julgamento da reclamação serão resumidos em ata, de que constará, na íntegra, a decisão, sendo que em nenhuma hipótese será dispensável o resumo dos depoimentos colhidos;
- e) A decisão da Junta de Conciliação e Julgamento que não acolhe a pretensão de declaração de existência de relação de emprego, extingue o processo com exame do mérito.

27) No processo do trabalho é CORRETO afirmar que:

- a) Somente a exceção de suspeição suspende o andamento do feito;
- b) Da decisão da exceção de incompetência cabe recurso de agravo de instrumento;
- c) O depoimento prestado por amigo íntimo ou inimigo de qualquer das partes valerá como informação, mas, os parentes até terceiro grau civil não podem depor, ainda que na qualidade de informantes;
- d) Sendo várias as reclamações, mesmo que se trate de empregados da mesma empresa ou estabelecimento, e, ainda que haja identidade de matéria, não poderão ser acumuladas num só processo;
- e) Da decisão deverão constar o nome das partes, o resumo do pedido e da defesa, a apreciação das provas, os fundamentos da decisão e a respectiva conclusão;

28) Assinale a alternativa CORRETA:

- a) É incabível no processo do trabalho o recurso adesivo;
- b) É incabível a ação monitória na Justiça do Trabalho;
- c) Não é incabível no processo do trabalho a execução provisória de obrigação de fazer, podendo, quando muito, ser desaconselhável;
- d) É incabível no processo do trabalho a reconvenção;
- e) Nenhuma das alternativas anteriores está correta.



29) Analisadas as proposições abaixo, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Conforme estabelece o art. 841 da CLT., recebida e protocolada a reclamação, o escrivão ou chefe de secretaria, dentro de 48 horas, remeterá a segunda via da petição, ou do termo, ao reclamado, notificando-o ao mesmo tempo para comparecer à audiência de julgamento, que será a primeira desimpedida, depois de cinco dias. Dentre os privilégios da União, Estados, Distrito Federal, Municípios e autarquias e fundações de direito público federais, estaduais ou municipais que não explorem atividade econômica, nos processos perante a Justiça do Trabalho, está a contagem desse prazo em dobro;
- b) Sendo omissa a petição inicial no tocante ao valor da causa, o Juiz Presidente determinará que seja emendada;
- c) O prazo do recurso ordinário é de oito dias, enquanto o agravo de instrumento deve ser interposto no prazo de cinco dias;
- d) O agravo de instrumento interposto contra despacho que não recebe agravo de petição suspende a execução da sentença;
- e) Faculta-se ao Juiz Presidente abrir às partes o prazo sucessivo de dez dias para impugnação da conta de liquidação elaborada pelo contador judicialmente nomeado.

Alternativas:

- 1) Todas as proposições estão corretas;
- 2) Todas as proposições estão incorretas;
- 3) Apenas as proposições “a” e “e” estão corretas;
- 4) Apenas as proposições “b” e “c” estão incorretas;
- 5) Apenas a proposição “e” está correta;

30) Examine as proposições e assinale a alternativa CORRETA:

- a) É vedado aos órgãos da Justiça do Trabalho conhecer de questões já decididas, exceto nos casos expressamente previstos na CLT. A ação rescisória é admitida expressamente pela lei trabalhista com as adaptações previstas na CLT.;
- b) Quando o dissídio coletivo ocorrer fora da sede do Tribunal poderá o presidente, se julgar conveniente, delegar à autoridade local a realização de audiência de conciliação. Não havendo conciliação, a autoridade delegada encaminhará o processo ao Tribunal fazendo exposição circunstanciada dos fatos e indicando a solução que lhe parecer conveniente;



- c) A execução das sentenças proferidas em dissídios coletivos independe do seu trânsito em julgado;
- d) Além de atuar como substitutos processuais dos integrantes da categoria e seus associados nas demandas que visem a satisfação de reajustes salariais específicos resultantes de disposição prevista em lei de política salarial, os sindicatos ainda podem arguir em juízo a existência da insalubridade ou periculosidade;
- e) Na execução trabalhista o devedor pode nomear bens à penhora no prazo de 48 horas, observando a ordem preferencial estabelecida pelo art. 655 do Código Processual Civil;

Alternativas:

- 1) As proposições “a” e “c” são incorretas;
- 2) Nenhuma das proposições está correta;
- 3) Apenas a proposição “e” está correta;
- 4) Apenas as proposições “a” e “b” estão corretas;
- 5) Apenas a proposição “a” está incorreta.

31) Assinale a alternativa INCORRETA;

- a) Tratando-se de decisão proferida pelo Tribunal Regional do Trabalho, a execução pode ser promovida pela Procuradoria da Justiça do Trabalho;
- b) A União Federal, caso condenada, pagará custas apenas a final;
- c) A comprovação do depósito da condenação (CLT, art. 899, §§ 1º a 5º) terá que ser feita dentro do prazo para a interposição do recurso, sob pena de ser este considerado deserto;
- d) A assistência judiciária na forma da Lei 5584, de 26 de junho de 1970, será prestada ao trabalhador ainda que não seja associado do respectivo Sindicato;
- e) Aplicam-se ao processo de execução trabalhista os preceitos que regem o processo dos executivos fiscais para cobrança judicial da dívida ativa da Fazenda Pública Federal, desde que inexistente incompatibilidade;

32) Tratando-se de execução, é CORRETO afirmar que:

- a) A competência para julgar embargos de terceiro é do Juízo deprecado, exceto quando o bem penhorado foi indicado pelo Juízo deprecante;

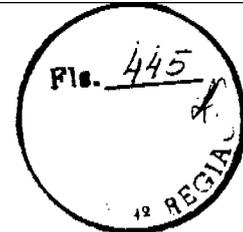
- b) A competência para julgar embargos do devedor, na execução por Carta Precatória ordinariamente, do Juízo deprecado;
- c) As decisões desfavoráveis à Fazenda Pública, nos embargos à execução por ela ajuizados, serão revistas por força do reexame necessário, conforme determina o Decreto-lei nº 779/69;
- d) Empresa integrante de grupo econômico pode ser sujeito passivo na execução trabalhista, ainda que não tenha participado da relação processual como reclamada e que não conste expressamente do título executivo judicial como devedor, conforme entendimento jurisprudencial hoje dominante e traduzido em enunciado de Súmula do Egrégio Tribunal Superior do Trabalho;
- e) Da rejeição liminar dos Embargos do Devedor cabe o recurso de Agravo de Instrumento;

33) Analisadas as proposições, assinale a alternativa CORRETA:

- a) O indeferimento do pedido de acareação de testemunhas acarreta cerceamento de defesa;
- b) Cabe assistência judiciária ao empregador, na forma da Lei 5584/70. Para efeito do direito de recorrer, o benefício da Justiça Gratuita ao reclamado alcança o depósito recursal, ou seja, ele pode manejar o recurso ordinário sem o prévio depósito de que trata o art. 899 da CLT.
- c) É viável o exame, em embargos à execução, de alegação de vício da citação inicial e conseqüente elisão da revelia e confissão impostas à reclamada;
- d) É requisito para a instauração de instância no dissídio coletivo o exaurimento das tratativas negociais, sob pena de extinção do processo sem julgamento do mérito;
- e) Aplica-se à pessoa jurídica a impenhorabilidade de bens (necessários ao exercício da profissão), insculpido no inciso VI, do art. 649 do CPC.

Alternativas:

- 1) Todas as proposições estão corretas;
- 2) Todas as proposições estão incorretas;
- 3) Apenas as proposições “b” e “d” estão corretas;
- 4) Apenas a proposição “d” está correta;
- 5) Apenas as proposições “a” e “e” estão incorretas.



34) Analisadas as proposições abaixo, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A ação monitória pode ser utilizada desde que tenha base em prova escrita sem eficácia de título executivo, e para quem pretenda o pagamento de soma em dinheiro, entrega de coisa fungível ou de determinado bem móvel;
- b) A correição parcial pode ser utilizada sempre que houver prática de ato judicial atentatório à ordem processual, ainda que haja recurso específico para a espécie;
- c) A ação civil pública é cabível perante a Justiça do Trabalho, confundindo-se com o dissídio coletivo, também cabível no processo do trabalho, sendo que a legitimidade para a sua proposição cabe apenas ao Ministério Público do Trabalho;
- d) Predomina o entendimento de que a ação civil pública, no âmbito da Justiça do Trabalho, deve ser julgada, originariamente, pelas Juntas de Conciliação e Julgamento;
- e) Nenhuma das proposições está correta;

Alternativas:

- 1) Apenas a proposição “e” está correta;
- 2) Apenas a proposição “e” está incorreta;
- 3) As proposições “a” e “d” estão corretas;
- 4) Apenas a proposição “b” está correta;
- 5) Apenas a proposição “c” está incorreta;

35) Assinale a alternativa CORRETA, examinadas as proposições abaixo:

- a) O Ministério Público do Trabalho pode manifestar-se em qualquer fase do processo trabalhista desde que haja determinação judicial nesse sentido, quando desrespeitados os direitos sociais constitucionalmente garantidos, intervindo, entretanto, obrigatoriamente em todos os feitos nos segundos e terceiros graus de jurisdição da Justiça do Trabalho, quando a parte for pessoa jurídica de Direito Público, Estado estrangeiro ou organismo internacional;
- b) A remição da dívida pelo executado só será deferível se este oferecer preço igual ao valor da condenação. Na remição do bem pelos familiares do executado, entretanto, é preciso que o remitente faça o depósito do preço pelo qual o bem foi alienado. A remissão sempre extingue a execução;



- c) É impenhorável o bem de família em razão de crédito de trabalhador da própria residência do devedor;
- d) Cabe o recurso de Agravo de Instrumento da decisão que rejeita liminarmente os Embargos de Terceiro;
- e) Nenhuma das respostas anteriores está correta.

Alternativas:

- 1) A proposição “e” está correta;
- 2) Apenas a proposição “e” está incorreta;
- 3) Apenas a proposição “b” está correta;
- 4) As proposições “b” e “c” estão corretas;
- 5) Apenas as proposições “a”, “c” e “d” estão incorretas.

PROCESSO CIVIL

36- Sobre pressupostos processuais é **correto** afirmar:

- I- Refere-se ao juiz que deve ter competência originária ou adquirida.
- II- Refere-se à parte que deve ter legitimidade para postular em juízo.
- III- Refere-se à parte que deve ter capacidade de postular em juízo.
- IV- Refere-se ao juiz que deve estar investido de jurisdição.
- V - Refere-se à parte que deve ter capacidade de ser parte.

- a) Todas as afirmações estão corretas.
- b) Somente a afirmação II está incorreta.
- c) As afirmações II, III e V estão corretas.
- d) As afirmações I, IV e V estão incorretas.
- e) Nenhuma das afirmações está correta.

37- Sobre a jurisdição é **correto** afirmar:

- I- A jurisdição somente se exerce em face de pretensões contestadas, ou seja, em face de litígios.
- II- É efeito ou qualidade da jurisdição voluntária ou graciosa sempre produzir coisa julgada material.



III-A jurisdição também pode ter por objeto a administração de interesses privados, a que se pode denominar jurisdição administrativa.

IV-Numa mesma circunscrição territorial vários juízes podem exercer sua jurisdição, e a isso se denomina divisão de jurisdição.

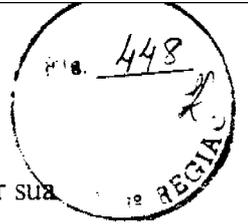
- a) Todas as afirmativas estão corretas.
- b) Somente as afirmações I e II estão corretas.
- c) As afirmações III e IV estão corretas.
- d) Somente a afirmação III está correta.
- e) Nenhuma das afirmações está correta.

38- Das proposições abaixo assinale a verdadeira:

- a) É possível ao juiz limitar o litisconsorcio, quanto ao número de litigantes, seja aquele facultativo ou necessário.
- b) Na assistência simples o assistente pode obstar que a parte principal reconheça a procedência do pedido, desista da ação ou transija sobre direitos controvertidos, pois a sentença pode influir na relação jurídica entre ele e o adversário do assistido.
- c) Caso o alienante tenha se obrigado a indenizar o adquirente pelos riscos da evicção é admissível o exercício desse direito por meio da nomeação à autoria.
- d) Admite-se a denunciação à lide, do devedor, na ação em que o fiador for réu.
- e) Todas as alternativas acima estão incorretas.

39- A respeito do pedido é correto afirmar:

- a) A cumulação de pedidos, num único processo contra o mesmo réu, é possível, mesmo que entre eles não haja conexão, ou que o procedimento para cada um deles seja diverso, quando então o autor deverá empregar o procedimento ordinário.
- b) Somente é permitida a cumulação de pedidos, num único processo contra o mesmo réu, quando entre eles haja conexão e para cada pedido corresponda um mesmo tipo de procedimento.
- c) Quando pela lei ou pelo contrato a escolha da obrigação couber ao devedor, mas tenha o credor feito pedido fixo, e não reclamando o devedor, na contestação, o direito de escolha, não poderá o juiz, ao julgar procedente o pedido, assegurar ao réu cumprimento de outro modo, que não o do pedido, haja vista o princípio da preclusão e o dever do juiz de ater-se ao pedido.
- d) Na obrigação indivisível com pluralidade de credores aquele que não participou do processo não poderá receber sua parte, quando acolhida a pretensão de algum dos credores, pois a sentença tem força de lei nos limites da lide, o que exclui aquele que não foi parte no processo.
- e) O juiz, ao indeferir a petição inicial, torna perfeita e acabada a prestação jurisdicional, no primeiro grau de jurisdição, somente sendo possível a revisão dessa decisão por meio de



apelação, não sendo juridicamente viável ao próprio juiz, que indeferiu, reformar sua decisão.

40- Das proposições abaixo é **correto** afirmar:

- a) Incompetência funcional deve ser argüida por meio de exceção, mas uma vez não argüida não pode o juiz declará-la de ofício, caso em que prorroga-se a competência.
- b) Pelo sistema processual civil é possível a derrogação de competência por convenção das partes, e isso pode ocorrer em relação a competência hierárquica.
- c) Na ausência de requerimento do réu, e também não pronunciando o juiz a incompetência material, a sentença de mérito, por ele proferida, com o trânsito em julgado, se convalida, não podendo ser atacada por ação rescisória, consoante o princípio da preclusão que informa o processo civil, e a que se sujeita o réu.
- d) Apresentada exceção de suspeição e não a reconhecendo, o juiz determinará a remessa dos autos ao tribunal, e se acolhida neste o juiz será condenado nas custas.
- e) Nenhuma das alternativas acima é verdadeira.

41-A respeito das proposições abaixo é **falso** afirmar:

- a) O réu não está obrigado a contestar, para poder reconvir, mas se quiser apresentar as duas espécies de defesa deverá fazê-lo simultaneamente.
- b) Apresentando o réu contestação no quinto dia de seu prazo de defesa, em não apresentando conjuntamente a reconvenção, não mais poderá fazê-lo, ainda que subsistam mais dez dias. A isso denominamos preclusão consumativa, haja vista o sistema adotado no processo civil.
- c) Deixando o réu de responder à ação, mas o fazendo terceiro, no prazo de resposta, através da figura da assistência simples, poderá contestar à ação.
- d) Mostra-se impossível a figura do assistente, na hipótese de revelia do réu, visto que o assistente só pode assumir a posição de “auxiliar da parte principal”.
- e) Para reconvir é necessário que a reconvenção seja conexa com a ação principal ou com o fundamento da defesa, mas essa conexão não obsta o prosseguimento da reconvenção se, por exemplo, houver desistência da ação principal.

42- Assinale a proposição **correta**:

- a) Ao juiz é defeso proferir sentença, a favor do autor, de natureza diversa da pedida, mas poderá proferir sentença ilíquida ainda que o autor tenha formulado pedido certo
- b) Na ação que tenha por objeto cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer, poderá o juiz conceder tutela liminarmente, e também pode fixar multa, independentemente de pedido do autor.



- c) Nas sentenças, em procedimento de jurisdição voluntária, com o trânsito em julgado opera-se a coisa julgada material, o que impossibilita a modificação do julgado por circunstâncias supervenientes.
- d) Em procedimento de jurisdição voluntária o juiz, ao decidir o pedido, não é obrigado a observar o critério de legalidade estrita podendo adotar em cada caso a solução que reputar mais conveniente ou oportuna.
- e) As alternativas b e d estão corretas.

43- A respeito do mandado de segurança é **correto** afirmar:

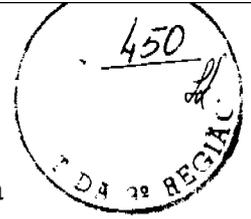
- a) O mandado de segurança destina-se a proteção de direito líquido e certo, e não admite legitimação extraordinária ou substituição processual.
- b) O mandado de segurança coletivo, previsto constitucionalmente, se caracteriza por ser impetrado por um conjunto de pessoas físicas quando destinado a proteger direito líquido e certo comum ao grupo em questão.
- c) O juiz, quando apontado como autoridade coatora, e notificado como tal, está obrigado a prestar informações no prazo de dez dias sob pena de responsabilidade funcional.
- d) O mandado de segurança não é passível de ser impetrado contra omissão de autoridade.
- e) Os sindicatos legalmente constituídos há pelo menos um ano, podem impetrar mandado de segurança em defesa de direito de seus membros ou associados.

44- A respeito da coisa julgada assinale a proposição **verdadeira**:

- a) Ao fenômeno da imutabilidade da sentença pela precusão dos prazos para recursos denominamos coisa julgada material.
- b) Na ação civil pública de tutela de direito transindividual, tem-se hipótese de exceção à coisa julgada material, podendo ser repetida demanda, com idêntico fundamento, quando na ação anterior o pedido tenha sido rejeitado por insuficiência de provas.
- c) Os motivos da sentença, sendo importantes para determinar o alcance da parte dispositiva, também fazem coisa julgada.
- d) O assistente, que interveio na causa em que transitado em julgado a sentença, não poderá, em processo posterior, discutir a justiça da decisão, salvo se alegar e provar que desconhecia de provas que o assistido por dolo não se valeu.
- e) As proposições b e d são corretas.

45- A respeito da insolvência civil, assinale a alternativa **incorreta**:

- a) Insolvência civil se assemelha à falência, mas enquanto nesta a lei prevê que todas as ações devam ser deslocadas para o juízo universal, naquela estabelece que somente as execuções ocorrerão ao juízo universal.
- b) Declarada a insolvência o devedor perde o direito de dispor de seus bens, mas continua na administração deles até a liquidação da massa.



- c) O código de processo civil, em matéria de insolvência civil adotou o princípio da Igualdade entre os credores de modo que, em relação aos quirografários, o pagamento se fará por rateio independente da ordem com que os credores penhoraram o bem.
- d) Havendo em alguma execução dia designado para praça ou o leilão, far-se-á a arrematação entrando para massa o produto dos bens.
- e) O próprio devedor tem legitimidade para requerer a declaração de sua insolvência.

46- A respeito do Recurso Extraordinário assinale a verdadeira:

- a) Da decisão que declara a inconstitucionalidade de tratado não cabe recurso extraordinário.
- b) Da decisão que julga válida lei ou ato de governo local contestado em face de lei federal cabe recurso extraordinário.
- c) Da decisão que contraria tratado cabe recurso extraordinário.
- d) Da decisão que declara inconstitucionalidade de tratado ou lei federal cabe recurso extraordinário.
- e) Da decisão que der à lei federal interpretação divergente da que lhe haja atribuído outro tribunal cabe recurso extraordinário.

47- Sobre a execução é **correto** afirmar:

- a) Fundada em título judicial, a execução processar-se-á perante o juízo de primeiro grau, quando decorrente de causa de competência originária dos tribunais superiores, o que se dará através de carta de ordem.
- b) Decorrendo a execução de título executivo judicial, e extraindo-se da sentença parte líquida e outra ilíquida, o credor deve primeiro liquidar esta, de modo que a sentença, como ato uno, possa ser executada, no todo em único momento.
- c) Os títulos executivos extrajudiciais, oriundos de país estrangeiro, para execução dependem de homologação pelo Supremo Tribunal Federal.
- d) A fraude à execução tem por pressupostos o dano (eventus damini) e a fraude (consilium fraudis), mas esta depende de prova, no próprio processo de execução.
- e) Todas as proposições acima estão incorretas.

48- A respeito das provas é **correto** afirmar:

- a) Constando da procuração do advogado poder especial para confessar, pelo sistema do CPC é possível aos juizes extrair do advogado confissão provocada, através do depoimento pessoal deste, embora costumeiramente não se utilizem dessa faculdade.
- b) Todos os meios legais, bem como os moralmente legítimos, desde que especificados no Código de Processo Civil, é que são os hábeis para provar a verdade dos fatos em que se funda a ação ou defesa.
- c) Uma vez encerrada a instrução não será mais possível instaurar o incidente de falsidade,

incumbindo aquele contra quem já produzido o documento fazer prova da falsidade por meio de ação rescisória.

- d) No sistema processual civil comprometendo-se a parte a levar sua testemunha à audiência, independente de intimação, caso essa não compareça presume-se que a parte desistiu de ouvi-la.
- e) O juiz poderá determinar realização de nova perícia, situação em que a segunda substitui a primeira.

49- A respeito de ação cautelar é **correto** afirmar:

- a) Pelo sistema processual civil, no procedimento do protesto, o juiz abrirá o prazo para resposta do requerido, podendo este opor exceção de incompetência territorial, se for o caso.
- b) Como regra geral, pode-se afirmar que a sentença cautelar não faz coisa julgada material, podendo admitir-se esta, entretanto, quando o juiz decretar a decadência da prescrição.
- c) Sentença ilíquida, pendente de recurso, não possibilita a concessão de arresto, pois para este exige-se prova literal da dívida líquida e certa.
- d) A exibição de coisa móvel tem lugar quando há fundado receio de extravio ou de dissipação do bem.
- e) Todas as afirmações acima estão incorretas.

50- Assinale a alternativa **correta**:

- a) Ao Supremo Tribunal Federal compete homologar sentenças estrangeiras, situação em que, nos autos de processo brasileiro, sobre mesma lide, comprovada a homologação, o juiz deve reconhecer a coisa julgada.
- b) Segundo os critérios de competência internacional estabelecidos no Código de Processo Civil, a ação intentada perante tribunal estrangeiro induz litispendência.
- c) Na resolução de conflito de competência, o Ministério Público somente é ouvido naqueles em que é parte.
- d) A citação válida, ordenada por juiz incompetente, não interrompe a prescrição.
- e) Todas afirmações acima são falsas.